

Sexualidade e metodologia: uma análise retrospectiva para uma recolha de dados eficiente

Alexandra Gomes

Cristina Nunes

Universidade do Algarve

RESUMO

A importância de uma recolha de dados eficiente promove, muitas vezes, o sucesso de um trabalho empírico. No entanto, temas que abordem aspectos mais íntimos dos participantes podem provocar enviesamentos que prejudiquem os resultados obtidos. A sensível temática da sexualidade tem representado um dos campos de mais complexo acesso, tendo esta análise como objectivo um levantamento das possíveis técnicas de recolha de dados, suas vantagens e desvantagens, bem como algumas sugestões relativamente à forma de contornar os problemas de cada uma.

Palavras-chave: Sexualidade; metodologia de recolha de dados; medidas de auto-resposta.

ABSTRACT

Sexuality and methodology: a retrospective analysis for an efficient data collection

The importance of an efficient data collection promotes the success of an empiric work. However, themes that approach personal aspects can induce bias which could depreciate the results obtained. The sensitive theme of human sexuality has been one of the fields of most difficult data collection. This analysis pretends to do a survey of the different techniques of data retraction, its advantages and disadvantages as well as, some suggestion related to the possible way of skirting the problems of each one of them.

Keywords: Sexuality; retraction data methodology; self-reported measures.

RESUMEN

Sexualidad y metodología: un análisis retrospectivo para recoger datos eficientemente

El éxito de un trabajo empírico depende muchas veces de una recogida de datos eficiente. Muchas veces los temas que abordan aspectos más íntimos de los participantes pueden originar vieses que perjudican los resultados obtenidos. El tema de la sexualidad es uno de los campos de estudio más complejos. Este artículo tiene como objetivo identificar las técnicas de recogida de datos, describir sus ventajas y desventajas así como enunciar algunas sugerencias para contornar los problemas de cada una.

Palabras clave: Sexualidad; metodología de recogida de datos; medidas de auto-respuesta.

A investigação científica tem como objectivo primário solucionar questões intrinsecamente ligadas aos fenómenos do mundo empírico. Para tal procura ordenada e sistematicamente recriar esses cenários para estudar as variáveis que aí interferem (Fortin, 2003). Cada temática de estudo reveste-se da sua própria natureza, implicando abordagens distintas. No que concerne às temáticas direccionadas para o ser humano detêm sempre alguma subjectividade, o que se explica pelas variáveis com as quais opera.

No campo da sexualidade humana o investigador depara-se com uma natureza multidisciplinar (Wiederman e Whitley, 2002), o que faculta possibilidades de investigação com uma amplitude que se estende desde estudos de laboratório, que pretendem estudar as respostas fisiológicas da activação sexual (eg. McAnulty e Adams, 1991) até aos estudos relativos às variáveis de introspecção pessoal (eg. Wiederman e Dubois, 1998).

A diversidade temática implica, portanto, uma multiplicidade de métodos de recolha de dados, para

que se consiga colectar informações relevantes e representativas de uma população. Esta escolha nem sempre se revela facilitada, dado que cada método implica riscos ao nível de enviesamentos que se podem repercutir nos participantes, nos dados que estes fornecem ou na ameaça que podem sentir à sua própria estima ao responderem às questões de cariz pessoal (Catania, 1999).

Fazendo uma referência específica aos comportamentos sexuais de risco, um dos métodos mais utilizados, e conseqüentemente mais analisado, designa-se por medidas de auto-resposta (Wiederman e Whitley, 2002). Não obstante a sua utilidade, a procura por um aumento na sensibilidade dos instrumentos e no contorno das falhas que os mesmos apresentam, tem conduzido a tentativas de adaptação de outras formas de recolha, como são exemplo os Diários, as Entrevistas, os Grupos Focais, e as *Policy Capturing*.

É com base nesta análise primária que se realiza uma avaliação mais específica sobre cada uma das téc-

nicas, assinalando a sua utilidade, o que permitirá chegar a algumas conclusões críticas sobre o estudo dos comportamentos sexuais de risco.

MEDIDAS PSICOFISIOLÓGICAS DA ACTIVAÇÃO SEXUAL

Actualmente existe um grande volume de estudos sobre a activação sexual, e respectivos factores psicofisiológicos que interferem nessa área. Estes estudos têm servido para explicar um sem número de situações desde disfunções sexuais, à escolha dos parceiros sexuais, à orientação sexual ou mesmo à necessidade de exposição à pornografia (Janssen, 2002).

Esta metodologia tem as suas bases nos anos 30 do séc. XX, tendo-se visto o seu apogeu com o historicamente famoso Relatório Kinsey, e com os desenvolvimentos dos estudos da resposta sexual do homem e da mulher por Masters e Johnson na década de 60. Estes últimos mostraram que era possível transportar a sexualidade humana para um laboratório, tendo desenvolvido alguns dos instrumentos que permitiam medir, até aos dias de hoje, as respostas sexuais com objectividade.

No entanto, rapidamente, as medidas de auto-resposta começaram a ser associadas às medições fisiológicas, o que permitiu realizar a ponte entre as questões de activação fisiológica e auto-percepção das mesmas, por parte dos indivíduos, facilitando a averiguação dos seus efeitos no seu bem-estar e na activação psicológica dos mesmos (Rowland, 1999). Despoletaram-se, então, pertinentes avanços no conhecimento dos factores psicológicos associados aos distúrbios físicos na sexualidade, como no caso da impotência masculina e da frigidez feminina.

Aquando da medição específica de comportamentos sexuais de risco e variáveis intervenientes, este método de laboratório apresenta algumas vantagens e desvantagens. Rowland (1999) faz uma análise sistemática das mesmas centrando as vantagens na oportunidade de uma quantificação objectiva e na possibilidade de utilização de medidas de comparação para componente fisiológica da activação sexual. Favorece, igualmente, a leitura de respostas fisiológicas, que podem, por vezes, ser totalmente despercebidas tanto ao indivíduo como ao investigador. Noutra perspectiva permite a leitura das situações *in loco*, sem ser necessário que os participantes as recuperarem através da memória, já que é comum assinalarem intensidades de activações fisiológicas, ou que descreverem as sensações sentidas. Perante estas vantagens, outras problemáticas emergem. A ética, ideias políticas, e ideologias religiosas podem considerar imorais os estudos da sexualidade em laboratório, em parte devido

à necessidade de utilização de materiais pornográficos, em algumas condições experimentais.

Conceptualmente, o preço dos materiais utilizados, as equipas multidisciplinares, a necessidade de ambientes higiénicos e assépticos levantam problemas genéricos. Relativamente aos participantes, a inibição gerada pela observação ou pela introdução de instrumentos de medição, pode provocar um excesso de ansiedade e comprometer a activação sexual; outras críticas assentam na artificialidade da activação sexual em laboratório já que esta, empiricamente, processa-se de forma diádica, algo complexo de recriar.

Verifica-se, também, a problemática da repetição da estimulação, o que pode causar uma habituação aos estímulos, deturpando os resultados obtidos.

Num campo mais teórico permanece a dificuldade em definir o que é a activação sexual e medi-la em todas as suas vertentes, já que esta se mostra subdividida em três tipos de activação (activação subjectiva, activação mental e activação fisiológica). Estes métodos apenas apresentam uma medida concreta e comparativa para a parte fisiológica da activação.

A validade, essencialmente a externa, está a tornar-se uma preocupação constante devido ao enviesamento provocado pela selecção dos participantes. Diferentes estudos (eg. Clement, 1990) têm mostrado que podem existir diferenças entre os participantes voluntários e não voluntários, o que se revela um problema na escolha dos grupos de controlo destes estudos.

Numa análise crítica, este tipo de recolha permite, objectivamente, analisar medidas fisiológicas e a sua ligação a medidas subjectivas, percebidas pelo indivíduo, como o bem-estar ou o nível de excitação percebido, ao nível da activação sexual fisiológica. Permitiu, por exemplo, realizar uma ligação entre crenças e disfunções de carácter psicossomático. No entanto, a pura activação fisiológica, necessita do auxílio de outros métodos que favoreçam a leitura das atitudes, intenções, não permitindo uma análise preditiva de comportamentos futuros. Para tal, há que empregar outras metodologias.

A OBSERVAÇÃO COMPORTAMENTAL

A observação, enquanto metodologia de recolha de dados é referida nesta análise por ser uma das primeiras formas de investigação que os profissionais da área têm ao seu alcance. Torna-se relevante pelo tipo de dados que permite recolher, mas igualmente, pela complementaridade que pode ter, no uso conjunto com outras medidas.

A sua utilização tem-se cingido a estudos antropológicos e etnográficos, como são exemplo os estudos das normas sexuais de outras culturas de Margaret

Mead ou dos rituais sexuais por Malinowski, na Melanésia. Enquadrado numa perspectiva psicológica, encontram-se estudos desenvolvidos na observação dos comportamentos não verbais de sedução entre indivíduos (eg. Moore, 1995). No entanto, como método para estudo dos comportamentos sexuais de risco, a observação comportamental apresenta fortes limitações. Os impedimentos éticos e morais que se levantam em estudos laboratoriais são agora transpostos para uma observação em campo.

Eventualmente, para a observação de aquisição de competências, com recurso a *role plays* ou através das técnicas de comunicação, este método pode tornar-se mais útil.

Porém, as condutas revestem-se de antecessores cognitivos, que permitem prever mais eficientemente o comportamento sexual de risco, pelo que se atesta a necessidade da utilização de outros métodos, baseados nas respostas e relatos dos intervenientes.

AS MEDIDAS DE AUTO-RESPOSTA

As medidas de auto-resposta são as que reúnem maiores números de utilização ao nível dos comportamentos sexuais, incluindo dos comportamentos sexuais de risco (Wislar e Fendrich, 2000). Só ao nível do uso do preservativo, na tentativa de quantificar a importância deste método, o estudo que Noar, Cole e Carlyle (2006) realizaram, demonstra uma análise de 56 medidas em estudos de comportamentos sexuais de risco, o que permitiu elicitar algumas recomendações na construção destes mesmos instrumentos.

Esta metodologia, de que é exemplo premente o questionário, é bastante comum nos estudos de ciências sociais. A sua natureza múltipla e acessível permite avaliar um sem número de aspectos, numa única aplicação e, usualmente, em testagens globais, o que facilita a recolha de informação. Não obstante estas vantagens do senso comum, para construir um questionário necessita-se o conhecimento exacto do comportamento a que se quer aceder, há que garantir uma compreensão uniforme por todos os inquiridos das questões enunciadas, e asseverar que todos os aspectos importantes foram abordados (Ghiglione e Matalon, 2005).

A possibilidade de ser constituído por questões abertas e fechadas, faz com que seja adoptado comumente para levantar crenças, opiniões, julgamentos, comportamentos anteriores e intenções comportamentais de futuro.

Porém, no que concerne ao uso das medidas de auto-resposta, várias problemáticas emergem, geralmente relacionadas com validade e fiabilidade, devido a vieses variados.

Na realidade, apesar da sua utilização continuada, as medidas de auto-resposta estão descritas como permitindo respostas imprecisas no abuso de drogas e no número de parceiros (Wislar e Fendrich, 2000), verificando-se uma sobrestima dos homens e uma subestima das mulheres (Kupek, 1999), favorece uma sobrestima dos índices de risco (Fenton, Johnson, McManus, e Erens, 2001), e está sujeito a erros de recuperação de memórias por não existir um padrão que garanta a fiabilidade das respostas (Graham, Catania, Brand, Duong, e Canchola, 2003). Por outro lado, a credibilidade dos investigadores, a percepção de anonimato, bem como o conteúdo pessoal do questionário, podem dificultar a divulgação de informações pessoais (Catania, McDermott, e Pollack, 1986; Noar, Cole, e Carlyle, 2006).

O enuiamento dos participantes, considera-se como mais uma das possíveis distorções, já que aqueles que acedem participar nos estudos, podem ter características particulares que poderão impedir uma validação externa, não sendo representativos da população de onde foram retirados (Catania, Gibson, Chitwood, e Coates, 1990). Um estudo de Duinne, Marin, Bailey, Heat, Bucholz, Madden e Staham (1997) escrutina a hipótese de existência de diferenças entre inquiridos que anuem em participar em estudos sobre comportamentos sexuais de risco, e aqueles que se recusam a fazê-lo. A caracterização do primeiro grupo explicita maiores níveis de educação, atitudes menos conservadoras, com uma maior propensão para o consumo de tabaco e álcool, mais parceiros sexuais e mais comportamentos sexuais de risco.

Porém este facto pode favorecer os investigadores, já que estes indivíduos são mais erotofílicos, tendo maior facilidade em divulgar informação de cariz sexual (Durant e Carey, 2000).

Perante todas estas problemáticas poderá questionar-se se valerá a pena utilizar medidas de auto-resposta! A resposta reside em recomendações que devem ser tidas em conta sempre e quando esta metodologia é utilizada.

Noar, Cole e Carlyle (2006) sugerem que, para se construir uma boa medida relativamente ao uso do preservativo, deve existir uma preocupação na adequação das questões à população; deve-se questionar o mesmo aspecto várias vezes, o que permite uma manutenção da concordância das respostas fornecidas; utilizar intervalos de tempo mais pequenos para a recuperação de informação passada; especificar ao máximo os conceitos, de forma a evitar confusão ao nível das respostas; incluir uma medida de desejabilidade social; ter em atenção as categorias de resposta para não excluírem hipóteses, entre outras. Jaccard e colaboradores (2004) sugerem que a acuidade dos

indivíduos ao relembrem o número de parceiros sexuais é proporcionalmente inversa aos intervalos de tempo escolhidos para questionar tal aspecto, sugerindo que este método tem alta fiabilidade tanto para indivíduos com muitos parceiros sexuais como com poucos. Fica a exceção para os que registam muitos encontros sexuais fortuitos. Também Durant e Carey (2000) concluem que as medidas de auto-resposta podem ser confiáveis desde que: se tenha em conta que os indivíduos recuperam com mais acuidade situações de risco; que os intervalos de tempo utilizados para questionar devem ser curtos; e desde que se garanta, de forma peremptória, o anonimato e privacidade, que neste estudo diminuiu o nível da desejabilidade social. Estes autores sugerem ainda, que as medidas de auto-resposta são mais eficientes para comportamentos pouco praticados, do que para aqueles que já são rotineiros. Relacionado com este dado, Graham, Crosby, Sander e Yarber (2005) referem que é mais pertinente questionar quanto ao número de vezes em que não foi utilizado o preservativo, ao contrário do que é comum, já que consideram ser esta a forma que permite medir, de forma absoluta, a inconsistência do uso do preservativo.

No entanto, para uma recolha livre dos julgamentos e opiniões dos indivíduos acerca de um determinado assunto, os questionários de auto-resposta poderão mostrar-se limitativos. Outros métodos, em que o investigador interfere directamente podem, portanto, revelar-se benéficos quando se pretende uma abordagem mais qualitativa.

A ENTREVISTA

A troca interpessoal que resulta de uma entrevista, permite aceder a um nível informacional distinto de uma medida de auto-resposta (Gribble, Miller, Rogers, e Turner, 1999). Na realidade a entrevista, que pode adoptar diversos formatos, reúne condições para a recolha de informação fornecida pelas palavras do entrevistado, mas também pelos seus comportamentos não verbais, que poderão ser um indicador da credibilidade das respostas do mesmo.

Ao nível dos comportamentos sexuais de risco, a entrevista tem sido entendida como uma possível alternativa e/ou complemento aos questionários.

Como vantagens, apresenta-se o facto de o entrevistador poder contornar problemas ligados à incompreensão das questões utilizadas, possibilidade de aprofundar os motivos e explorar as informações fornecidas; no entanto verifica-se que indivíduos sujeitos a entrevistas, fornecem menos detalhes o que é, em parte, explicado pela falta de privacidade pelo sistema da entrevista (Durant e Carey, 2000).

Um estudo anterior de Catania, McDermott e Pollack (1986) que realizou uma comparação entre questionários e entrevistas, relativamente à problemática dos voluntários e à divulgação de informação pessoal, concluiu que as entrevistas face a face se tornam mais ameaçadoras, provocando uma diminuição da informação fornecida, e que, relativamente aos participantes que acedem colaborar, parecem atrair um tipo de voluntários com maior conhecimento e experiência sexual.

Centrado neste campo do envolvimento dos voluntários, Wiederman (1999a) sugere que estes detêm e procuram mais conhecimento, têm menos atitudes tradicionais relativamente ao sexo, têm maior auto-estima sexual e indiciam maiores tendências para auto-exploração.

Apesar de estas críticas serem apontadas às entrevistas, as mesmas dificuldades são encontradas ao nível das medidas de auto-resposta. Como tal, Catania, McDermott e Pollack (1986) sugerem a introdução de itens de uma escala de auto-divulgação de informação pessoal (eg. Sexual Self-Disclosure Scale) para controlar esta variável, em ambos os métodos.

Catania (1999) debruça-se sobre as principais questões que põem em risco a credibilidade de uma entrevista, sintetizando-as em quatro grandes modelos: modelo da desejabilidade social, modelo da ameaça, modelo da auto-divulgação de informação, e finalmente o modelo do controlo da divulgação.

O primeiro modelo prende-se com o problema de existirem constrangimentos sociais que medeiam as respostas fornecidas, levando o inquirido a responder de acordo com o “socialmente correcto” e não de acordo com as suas crenças. O modelo da ameaça, bem como os modelos da divulgação da informação pessoal e do controlo da mesma, concernem à ansiedade sentida por estarem a divulgar experiências pessoais a terceiros. Neste caso, o grau de conforto do participante, o controlo aparente sobre a informação divulgada e os conteúdos abordados, podem conduzir a respostas que não correspondem à sua realidade pessoal.

O mesmo autor ressalva os aspectos a controlar de forma a aumentar a fiabilidade e validade das entrevistas. Como tal, o treino do entrevistador é essencial, já que lhe permite compreender e interpretar linguagem não verbal indicativa dessa ansiedade. Deverá analisar escrupulosamente as questões colocadas, de forma a não utilizar conteúdos ameaçantes, para além de ter de controlar o contexto em que a entrevista é realizada. Finalmente, conhecer aspectos culturais ou ideológicos relativos ao entrevistado favorece uma entrevista idónea.

Actualmente, com o desenvolvimento de múltiplas tecnologias está-se a assistir a uma substituição

do factor humano, face-a-face, pelo telefone ou pelo computador, como tentativa de contornar este desconforto, mas igualmente, de reduzir tempo e custos.

Gribble, Miller, Rogers e Turner (1999) realizaram um levantamento comparativo entre duas técnicas computadorizadas de recolha de dados, em alternativa tanto às entrevistas como aos questionários com assistência de um investigador. Os resultados mostram que perante a ausência de uma figura física, não se observa um nível de ameaça tão elevado, reduzindo-se o problema da divulgação de informação pessoal. Ressalvam no entanto, que ainda existe um longo caminho a percorrer no aperfeiçoamento destas técnicas.

Desta forma, é compreensível o uso da entrevista como um meio legítimo para o estudo de atitudes e comportamentos, ao nível da sexualidade. Apesar da tarefa do investigador estar dificultada pela necessidade de uma monitorização elevada à metodologia para garantir a validade do estudo, a riqueza da informação recolhida é maior do que nos questionários.

As medidas de auto-resposta ganham vantagem, portanto, na celeridade do processo. A aplicação individualista da entrevista implica tempo... E tempo é dinheiro.

No entanto, perante a comparação óbvia destes dois métodos, os problemas metodológicos são muito semelhantes. A capacidade de nos recordarmos de determinados acontecimentos fica abalada com a passagem do tempo (Graham, Catania, Brand, Duong, e Canchola, 2003), e para a entrevista não é excepção.

Como tal, a procura por novas soluções, conduziu ao aproveitamento de um método de auto-monitorização diária: o Diário!

OS DIÁRIOS

Intuitivamente, os diários parecem ser um método, por excelência, no estudo da sexualidade humana. O acompanhamento diário, permite que se contornem os problemas de memória, e apresenta a vantagem de o indivíduo reportar o seu comportamento num contexto privado, o que transmite maior segurança. O facto de serem escritos, ou reportados, na própria linguagem dos indivíduos, favorece a qualidade e quantidade de informação fornecida (Okami, 2002; Leigh, Gillmore, e Morrison, 1998). Apesar de se enquadrarem nas medidas de auto-resposta, considerou-se que pelas suas características únicas, que seria abordado de forma individual.

Apesar de muitas pessoas, no comum das suas vidas manterem um diário, a técnica do diário, enquanto método de recolha de dados não se avizinha tão simples quanto poderia ser sugerido.

Okami (2002) sugere a existência de dois grandes grupos de diários: um tipo *lista de tarefas*, e outro tipo

aberto. O primeiro tipo, refere-se a uma tabela ou quadro, ou ainda questões fechadas, em que se inscreve, por exemplo, o número de vezes em que não utilizou preservativo, se teve relações sexuais naquela semana, entre outros aspectos pertinentes. Sendo um instrumento amplamente categorizado, implica poucas perdas de informação quantitativa, permite reduzir a distorção da memória, e é facilmente respondido. Para o investigador, a cotação é simples, semelhante a um questionário comum.

Porém, o tipo aberto pode, desde já, tornar-se um método mais complexo. Um exemplo é pedir aos participantes que registem todo um acto sexual, e que expliquem se utilizaram ou não preservativo, quais os motivos que consideraram nessa escolha, e como se sentiriam durante e após essa situação.

De facto, se este tipo favorece a quantidade e a riqueza da informação, também implica análise de conteúdo, o que torna mais complexo o sistema de cotação.

Actualmente, o uso de diários tem estado associado à procura de modelos de tomada de decisão relativamente ao uso do preservativo (O'Sullivan, Udell, e Patel, 2006), ao estudo do sexo transaccionado (Ferguson, Morris, e Kariuki, 2006), mas também têm sido comuns os estudos que utilizam o diário como meio de comparação, para avaliarem os vieses no estudo com medidas de auto-resposta posteriores aos acontecimentos (Graham, Catania, Brand, Duong, e Canchola, 2003).

Resultando de uma análise geral destes artigos, pode-se concluir que o diário se revela um método satisfatório para contornar problemas ao nível de recuperação de memória, comparativamente com as medidas de auto-resposta, para períodos superiores a três meses. Fornece uma informação rica em descrições e experiências pessoais, e facultava um acesso às motivações, crenças e avaliações pessoais.

No entanto, as ausências de informação têm-se verificado um dos maiores problemas ao nível da fiabilidade (Okami, 2002). Perante a ausência de informação de um determinado dia, o investigador tem que assumir que nada aconteceu. No entanto, o facto de não ter sido reportado não significa que nada tenha acontecido. Por outro lado, um estudo de McLaws, Oldenburg, Ross e Cooper (1990) avaliam o diário como um método com uma fiabilidade semelhante às medidas de auto-resposta, desaconselhando o seu uso para medir os comportamentos sexuais de risco, quando se pretendem apurar em pequenos intervalos de tempo. No entanto ressalvam a sua importância para a aquisição de uma informação menos quantificada, e mais qualitativa.

Actualmente, com o avanço das tecnologias, o diário comum tem sido contrastado com outras formas de recolha, que promovem igualmente um acesso

diário à informação dos participantes. Morrison, Leigh e Gilmore (1999) desenvolveram um estudo centrado na recolha tradicional de entradas de diário, comparando-a com recolhas diárias de dados por telefone. Esta última condição dividia-se em duas: na primeira, os investigadores ligavam para preencher uma lista-gem; na segunda, os participantes ligavam por sua iniciativa. Concluíram que os diários tradicionais implicam uma perda maior de informação, já que é dada a liberdade aos participantes de realizarem as entradas quando entendem. Essa informação foi, também, considerada de qualidade inferior. Nos outros formatos, a iniciativa pessoal conduziu a maiores taxas de abandono da experiência. No entanto, as estas taxas foram bastante inferiores, comparativamente com estudos semelhantes.

Este estudo leva a uma reflexão conjunta com outras informações pertinentes, donde se compreende que o diário é um método ainda imperfeito (Okami, 2002). Apesar de reduzir a ameaça do participante e de permitir informação qualitativa, a ausência do investigador pode provocar um défice na qualidade da informação, situação em que a entrevista se coloca em vantagem. Noutra vertente, os estudos mostram que a sua utilização para pequenos períodos de tempo é equiparada ou superada por medidas de auto-resposta, pelo que a relação custo-benefício do diário sai deficitária. Não obstante as suas limitações, a sua utilização poderá permitir o acesso a informação pessoal, rica em crenças, motivações e descrições, inacessíveis por outras metodologias.

Tanto o diário, como a entrevista, bem como as medidas de auto-resposta implicam um carácter individualista e não relacional na recolha de dados. No entanto, o ser humano, como ser social que é, reage e adapta-se à presença dos outros, que modulam, de alguma forma as suas atitudes e comportamentos. Para tal é necessário utilizar uma metodologia que permita uma análise da informação pessoal, porém, num contexto social.

OS GRUPOS FOCAIS

O termo *grupo focal* advém da expressão inglesa *focused group interview*, tendo sido utilizada pela primeira vez por Merton, Fiske e Kendal em 1956. Concerne a uma discussão em grupo, delineada, que se concentra num tópico, ou tópicos, específicos, conduzida por um moderador, e que comporta entre 8 a 12 pessoas no máximo. O objectivo destas entrevistas orientadas em grupo, não é promover o consenso relativamente a um tópico, mas sim, gerar o máximo de ideias, opiniões e explanações sobre uma determinada temática, valorizando as experiências pessoais dos in-

tervenientes. Estes encontros são registados em formato audiovisual, o que permite aceder à interacção e reacção dos elementos, perante as opiniões dos outros intervenientes, expondo atitudes e comportamentos latentes.

Este método revela-se, portanto, como uma forma hábil de aceder a informação, que numa entrevista face a face, ou num sistema de auto-resposta não é acessível. Byers, Zeller e Byers (2002) apresentam as diversas vantagens e desvantagens do uso do *grupo focal* na área da sexualidade, reforçando que o moderador do grupo necessita de competências específicas para gerir a temática que se pode apresentar sensível e ameaçadora para os participantes.

Assim as principais vantagens, centram-se na flexibilidade e eficiência que este método oferece, já que se torna mais rápido do que executar 12 entrevistas individualmente. A informação obtida é mais profunda e está capacitada com respostas interaccionais e relacionais. Estes grupos foram documentados como sendo mais flexíveis na divulgação da informação pessoal, comparativamente à entrevista tradicional (Morgan, 1996), o que representa uma vantagem na fiabilidade dos dados obtidos.

No extremo oposto encontram-se as dificuldades relacionadas com os custos de registar em audiovisual a discussão, bem como os gastos associados à sua transcrição. Quanto aos participantes, têm uma maior probabilidade de se conformarem às normas sociais, que se formam num grupo e que norteiam os comportamentos dos indivíduos.

O estudo da sexualidade humana, através deste método foi, inclusive, desaconselhado por alguns autores (eg. Morgan, 1966), que perante a sensibilidade do tema, consideram a estrutura demasiado ameaçadora. No entanto, Byers, Zeller e Byers (2002) descrevem o método como passível de ser utilizado com franco sucesso, desde que se legitime o contexto e se coloquem os participantes numa situação confortável, através de uma cedência de parte a parte da informação pessoal de cada um. Aconselham uma estimulação inicial adequada, dos elementos do grupo, através de temas ou tópicos generalistas, sobre os quais têm opinião, partindo desse ponto para questões mais pessoais.

A aplicação aos comportamentos sexuais de risco tem sido parca, no entanto está a tornar-se mais comum. Actualmente encontram-se estudos ao nível da construção social das IST (Shefer et al., 2002), mas também sobre tomadas de decisão sobre comportamentos sexuais (Gilmore, DeLamater, e Wagstaff, 1996) ou sobre os comportamentos inconstantes na prevenção do HIV em homossexuais (Offir, Fisher, Williams e Fisher, 1993).

Apesar deste uso cada vez mais comum, e de ser, tal como referem Byer, Zeller e Byer (2002) um método que apenas está limitado pela imaginação do investigador, a sua maior limitação prende-se com a dificuldade em aceder a pensamentos, sentimentos ou experiências puramente individuais, já que de acordo com o estudo de Hollander (2004) sobre os contextos sociais do *grupo focal*, já que a informação gerada nunca é individual, mas sim, socialmente construída naquele momento. É nesta perspectiva que se torna um método ideal para recolha de opiniões ou atitudes gerais, porém jamais permitindo uma generalização de comportamentos individuais à população que aqueles grupos representam. Carlini-Cotrim (1996) sugere que este método é ideal para gerar informação para um quadro de partida para novas problemáticas, enquanto Morgan (1996) relembra a importância de se gerar mais investigação, de forma a melhorar e tornar o método mais preciso e idóneo.

No entanto, as pesquisas ao nível dos comportamentos sexuais de risco, preocupam-se em precisar que motivos, que situações, ou que contextos estão na base de um uso inconsistente (ou a não utilização) de preservativos, por exemplo. Para alcançar este objectivo são necessários métodos que permitam compreender o que influi nos comportamentos e decisões das pessoas.

AS POLICY CAPTURING

Alguns da investigação ao nível da sexualidade prende-se, precisamente, com os julgamentos e decisões dos indivíduos que, por sua vez, estão coligados às suas escolhas e aos factores que influenciam as suas decisões. Esses juízos, atribuições, e comportamentos efectivos são, muitas vezes, realizados de forma inconsciente, o que permite aos indivíduos ser eficiente e adaptativo a diferentes meios, sujeitando-o, eventualmente, a alguns erros perceptivos (Myers, 2005). Esse erro é fundamental quando se procura inferir sobre próprio comportamento. Ao que parece, apesar dos indivíduos se considerarem capazes de discernir sobre os motivos do nosso comportamento, a capacidade de *insight* é diminuta. Foi exactamente isto que Nisbett e Wilson (1977) avaliaram há algumas décadas atrás, através da manipulação e apresentação de dois ou mais estímulos a diferentes indivíduos. Estes estímulos, escolhidos escrupulosamente, tinham uma influência conhecida no comportamento do indivíduo. Após a exposição aos mesmos, e execução do comportamento, era pedido aos participantes que discernissem o porquê de o terem executado. Através das respostas fornecidas, Nisbett e Wilson concluíram que os indivíduos não eram capazes de fazer a introspecção, para determinar que o estímulo tinha desen-

cadeado o comportamento; a análise que faziam do comportamento era realizada através de crenças que já dispunham à priori entre estímulos e comportamentos; e, finalmente, quando acertavam na ligação estímulo-comportamento, tal dava-se porque, essa crença existia à priori, e não porque tenham intuído tal situação naquele momento. Estas crenças à priori sobre relação entre estímulos e comportamentos, podem ser aprendidas através de uma regra social, explicativa do que é plausível de ocorrer, ou do que é desejável que ocorra, ou através da observação da co-variação de estímulos e comportamentos de outras pessoas, facilitadoras do processo de inferência causal.

Perante esta análise da própria capacidade que um indivíduo tem de auto-avaliar os seus próprios motivos e julgamentos, levanta-se a necessidade de uma metodologia que permita aceder a essa mesma informação. É nesta linha de pensamento que encontramos o *policy capturing*, um método de recolha de dados que passa pela apresentação de cenários, compostos por variados estímulos, construídos à luz de um modelo linear, capaz de explicar o comportamento humano (Wiederman, 1999b).

Os cenários, construídos com pistas, relativas a cada estímulo, são apresentados, um a um, a cada indivíduo, informatizadamente. Cada pista apresenta uma variação, entre dois pólos. Exemplificando, em cada cenário é feita a apresentação de um ou mais estímulos, que podem ser frases construídas, imagens, ou combinações de ambos. Cada estímulo é composto por pistas. Se a pista for relativa a atracção física, poderá variar num sistema de 5 pontos, em que o mais baixo representa nada atractivo, e o quinto ponto, extremamente atractivo. Em cada cenário, as várias pistas surgem relacionadas entre si, podendo descrever uma pessoa ou uma situação, e cabe ao participante avaliar esse cenário com base na escala que lhe é fornecida (Wiederman, 2002).

No estudo realizado por Wiederman e Dubois (1998) ao nível dos comportamentos sexuais, os cenários descreviam um indivíduo avaliado de acordo com a sua atractividade física, recursos financeiros, generosidade, experiência sexual, actual relacionamento, e o nível desejado de comprometimento. Com base nas combinações fornecidas, os participantes tinham que, usando uma escala de Likert de 7 pontos, avaliar a desejabilidade de cada um daqueles “parceiros”. Fazendo a análise posterior das pistas que os indivíduos diziam dar importância na escolha de um parceiro e dos resultados encontrados no *policy capturing*, encontraram-se diferenças significativas entre as características apontadas e as realmente escolhidas.

Apesar dos resultados curiosos, esta metodologia apresenta algumas dificuldades na sua realização. A

aplicação, sendo individual, apresenta-se morosa; o participante está sujeito a altos níveis de cansaço, já que avalia em média, cerca de 180 cenários. Os cenários, por sua vez, têm que ser analisados pelos investigadores para garantir a sua coerência e adequação à realidade. E, tal como qualquer outra metodologia, está sujeita a enviosamentos por parte dos participantes que acedem participar, ou pelo simples facto de poderem cotar ao acaso (Wiederman, 2002).

Considerando as implicações desta nova forma de aceder a informação plausível de explicar o uso inconsistente do preservativo, bom como os motivos que lhe estão subjacentes, esta torna-se bastante atractiva, apesar dos custos que possa deter. A escassez de informação sobre a mesma, relativamente aos dados da sua fiabilidade e validade, implicam a necessidade de que seja desenvolvida mais investigação com a mesma.

CONCLUSÃO

Realizando uma análise crítica de todos os métodos, compreensível que a investigação é uma ponderação entre recursos, eficácia e riscos. Independentemente da metodologia utilizada, estamos perante a necessidade de controlar as variáveis que poderão estar a condicionar parte dos resultados encontrados. A capacidade de reflexão de um investigador sobre o seu trabalho é, portanto, indispensável, mostrando-se crítico e capaz de atribuir ao seu trabalho o valor intrínseco que tem.

Se houvesse a necessidade de escolher um método por excelência para os comportamentos sexuais de risco, os questionários ainda se apresentam a opção mais viável, já que promovem uma menor ameaça aos participantes do que as entrevistas, permitem uma aplicação global, mais rápida do que o *policy capturing*, permitindo a avaliação de crenças, afectos e comportamentos, de forma geral. A sua avaliação mostra que é tão fiável como os diários, para pequenos intervalos de tempo. No entanto, há que lidar com a perda de informação, e os vieses dos participantes voluntários e da auto-divulgação de informação. O ideal seria que os métodos não fossem utilizados exclusivamente, mas complementando-se uns aos outros, de forma a reduzir os problemas metodológicos.

Os grupos focais apresentam-se como uma medida complementar aos questionários, para conhecer a realidade cultural e ideológica de onde a amostra é retirada, permitindo comparar a análise individual dos questionários, com a análise social da temática.

Mesmo assim, qualquer trabalho de investigação contribui para a evolução do conhecimento que se tem a este nível, pelo que os problemas que cada método

apresenta não são limitativos, mas sim, desafios a ultrapassar, assegurando investigação de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Byers, P. Y., Zeller, R., & Byers, D. B. (2002). Focus Group Methods. In M.W. Wiederman & B. E. Withley Jr. (2002) *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*. London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 173-196.
- Carilini-Cotrim, B. (1996). Potencialidades da Técnica Qualitativa Grupo Focal em Investigações sobre Abuso de Substâncias. *Revista de Saúde Pública*, 30, 3, 285-293.
- Catania, J. (1999). A Framework for Conceptualizing Reporting Bias and its Antecedents in Interviews in Assessing Human Sexuality. *The Journal of Sex Research*, 36, 25-28.
- Catania, J. A., Gibson, D. R., Chitwood, D. D., & Coates, T. J. (1990). Methodological Problems in AIDS Behavioral Research: Influences on Measurement Error and Participation Biases in Studies of Sexual Behavior. *Psychological Bulletin*, 108, 339-362.
- Catania, J. A., McDermott, L. J., & Pollack, L. M. (1986). Questionnaire Response Biases and Face-to-Face Interview Sample Bias in Sexuality Research. *The Journal of Sex Research*, 22, 1, 52-72.
- Clement, U. (1990). Surveys of Heterosexual Behaviour. *Annual Review of Sex Research*, 1, 45-74.
- Duinne, M. P., Martin, N. G., Bayley, J. N., Heat, A. C., Bucholz, K. K., Madden, P. A., & Stahan, S. A. (1997). Participation Bias in a Sexuality Survey: Psychological and Behavioural Characteristics of Responders and Nonresponders. *International Journal of Epidemiology*, 26, 4, 844-854.
- Durant, L. E., & Carey, M. P. (2000). Self-administered Questionnaires versus Face-to-face Interviews in Assessing Sexual Behavior in Young Women. *Archives of Sexual Behavior*, 29, 4, 309-322.
- Fenton, K. A., Johnson, A. M., McManus, & Erens, B. (2001). Measuring Sexual Behaviour: Methodological Challenges in Survey Research. *Sexual Transmitted Infections*, 77, 84-92.
- Ferguson, A. G., Morris, C. N., & Kariuki, C. W. (2006). Using Diaries to Measure Parameters of Transactional Sex: An Example from the Trans-African Highway in Kenya. *Culture, Health & Sexuality*, 8, 2, 175-185.
- Fortin, M. (2003). *O Processo de Investigação: da Concepção à Realização* (3ª Ed.). Loures: Lusociência.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (2005). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- Gilmore, S.; DeLamater, J., & Wagstaff, D. (1996). Sexual Decision Making by Inner City Black Adolescent Males: A Focus Group Study. *The Journal of Sex Research*, 33, 4, 363-371.
- Graham, C. A., Crosby, R. A., Sandres, S. A., & Yarber, W. C. (2005). Assessment of Condom Use in Men and Women. *Annual Review of Sex Research*, 16, 20-52.
- Graham, C., Catania, J. A., Brand, R., Duong, T., & Canchola, J. (2003). Recalling Sexual Behavior: A Methodological Analysis of Memory Recall Bias via Interview Using the Diary as a Gold Standard. *The Journal of Sex Research*, 40, 4, 325-332.
- Gribble, J. N., Miller, H. G., Rogers, S. M., & Turner, C. F. (1999). Interview Mode and Measurement of Sexual Behaviors: Methodological Issues. *The Journal of Sex Research*, 36, 1, 16-24.
- Hollander, J. A. (2004). The Social Contexts of Focus Group. *Journal of Contemporary Ethnography*, 33, 5, 602-637.

- Jaccard, J., McDonald, R., Guilamo-Ramos, V., Dittus, P., & Quinlan, S. (2004). Recalling Sexual Partners: The Accuracy of Self-Reports. *Journal of Health Psychology, 9*, 6, 699-712.
- Janssen, E. (2002). Psychophysiological Measurement of Sexual Arousal. In M.W. Wiederman & B. E. Withley Jr. (2002). *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*. London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 139-171.
- Kupek, E. (1998). Estimation of the Number of Sexual Partners for the Nonrespondents to a Large National Survey. *Archives of Sexual Behavior, 28*, 3, 233-242.
- Leigh B. C., Gillmore, R., & Morrison, D. M. (1998). Comparison of Diary and Retrospective Measures for Recording Alcohol and Consumption and Sexual Activity. *Journal of Clinical Epidemiology, 51*, 119-127.
- McAnulty, R. F., & Adams, H. E. (1991). Voluntary Control of Penile Tumescence: Effects of an Incentive and a Signal Detection Task. *The Journal of Sex Research, 28*, 4.
- McLaws, M., Oldenburg, B. Ross, M., & Cooper, D. (1990). Sexual Behaviour in AIDS-Related Research: Reliability and Validity of Recall and Diary Measures. *The Journal of Sex Research, 27*, 2, 265-281.
- Moore, M. (1985). Courtship signalling and adolescents: "Girls just wanna have fun?" *The Journal of Sex Research, 32*, 319-328.
- Moore, M. (2002). Behavioral Observation. In M.W. Wiederman & B. E. Withley Jr. (2002) *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*. London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 113-137.
- Morgan, D. L. (1996). Focus Group. *Annual Review of Sociology, 22*, 129-152.
- Morrison, D. M., Leigh, B. C., & Gillmore, R. (1999). Daily Data Collection: A Comparison of Three Methods. *The Journal of Sex Research, 36*, 1, 76-81.
- Myers, D. G. (2005). *Social Psychology* (8ª Ed.). NY: McGraw Hill.
- Noar, S. M., Cole, C., & Carlyle, K. (2006). Condom Use Measurement in 56 Studies of Sexual Risk Behavior: Review and Recommendations. *Archives of Sexual Behavior, 35*, 3, 327-345.
- O'Sullivan, L. F., Udell, W., & Patel, V. L. (2006). Young Urban Adults' Heterosexual Risk Encounters and Perceived Risk and Safety: A Structured Diary Study. *The Journal of Sex Research, 43*, 4, 343-351.
- Offir, J. T.; Fisher, J. D.; Williams, S. S.; & Fisher, W. A. (1993). Reasons for Inconsistent AIDS-Preventive Behaviors among Gay Men. *The Journal of Sex Research, 30*, 1, 62-69.
- Okami, P. (2002). Dear Diary: A Useful but Imperfect Method. In M.W. Wiederman & B. E. Withley Jr. (2002). *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*. London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 195-207.
- Rowland, D. (1999). Issues in the Laboratory Study of Human Sexual Response: A Synthesis for Nontechnical Sexologist. *The Journal of Sex Research, 36*, 1, 3-15.
- Shefer, T., et al. (2002). The Social Construction of Sexually Transmitted Infections (STIs) in South African Communities. *Qualitative Health Research, 12*, 10, 1373-1390.
- Wiederman, M. W. & Dubois, S. L. (1998). Evolution and Sex Differences in Preferences for Short-term Mates: Results from a Policy Capturing Study. *Evolution and Human Behavior, 19*, 152-170.
- Wiederman, M. W. (1999a). Volunteer Bias in Sexuality Research Using College Student Participants. *The Journal of Sex Research, 36*, 1, 59-66.
- Wiederman, M. W. (1999b). Policy Capturing Methodology in Sexuality Research. *The Journal of Sex Research, 33*, 1, 91-95.
- Wiederman, M. W. (2002). Policy Capturing. In M.W. Wiederman & B. E. Withley Jr. (2002). *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*. London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 209-219.
- Wiederman, M., & Whitley Jr., B. (2002). *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*. London: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Wislar, J. S. & Fendrich, M. (2000). Can Self-reported Durg Use Data be Used to Assess Sex Risk Behavior in Adolescents? *Archives of Sexual Behavior, 29*, 1, 77-89.

Recebido em: 06/06/2007. Aceito em: 11/06/2008.

Autoras:

Alexandra Gomes – Licenciada em Psicologia. Doutoranda na Universidade do Algarve. Docente no Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. E-mail: asgomes@ualg.pt
 Cristina Nunes – Doutorada em Psicologia do Desenvolvimento e da Educação pela Universidade de Sevilha (Espanha), Docente no Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. E-mail: csnunes@ualg.pt

Endereço para correspondência:

ALEXANDRA GOMES
 Universidade do Algarve
 Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
 Campus de Gambelas 8005-139 Faro, Portugal
 E-mail: asgomes@ualg.pt